



Número: **0817554-90.2020.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **03/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 3.375,00**

Assuntos: **DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE AILTON CACIANO DA SILVA (AUTOR)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (REU)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
80345157	29/03/2022 19:49	<a href="#">Apelação</a>	Apelação
80345160	29/03/2022 19:49	<a href="#">APELAÇÃO - EXTENSAO DO DANO - JOSÉ AILTON CACIANO</a>	Petição
80345161	29/03/2022 19:49	<a href="#">DOC HOSPITALAR (2) (1)</a>	Documento de Comprovação
80345162	29/03/2022 19:49	<a href="#">Laudo Extrajudicial - Jose Ailton Caciano da Silva</a>	Documento de Comprovação
80345164	29/03/2022 19:49	<a href="#">LAUDO MÉDICO (1)</a>	Documento de Comprovação
80345163	29/03/2022 19:49	<a href="#">0817554-90.2020 (1)</a>	Documento de Comprovação
80345169	29/03/2022 19:49	<a href="#">LAUDO MÉDICO 2 (1)</a>	Documento de Comprovação

EM ANEXO





**MOSSORÓ & ADVOGADOS ASSOCIADOS**

**Kelly Maria Maria do Nascimento**

**Wamberto Balbino Sales**

**Rua Antônio Vieira da Sá 986**

**Aeroporto-Mossoró-RN.**

**Tel.(83)9.9622-0859**

**[balbinossegueros@gmail.com](mailto:balbinossegueros@gmail.com)**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE MOSSORÓ/RN**

**PROCESSO: 0817554-90.2020.8.20.5106**

**RECORRENTE: JOSÉ AILTON CACIANO DA SILVA**

**RECORRIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**

Douto Julgador,

**JOSÉ AILTON CACIANO DA SILVA**, já devidamente qualificado nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA c/c REPARAÇÃO DE DANOS**, que move contra demandada, em tramite perante este M. Juízo e respectivo Cartório, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, perante Vossa Excelência, inconformado em parte com a r. Sentença, com fulcro nos art. 1009 e seguintes do Código de Processo Civil, vem interpor

**RECURSO DE APELAÇÃO,**

Requerendo se digne Vossa Excelência, determinar o regular processamento das razões em anexo, e recebendo-o em ambos os efeitos, remetendo os autos a Instancia Superior, obedecidas às formalidades legais.

Deixa de anexar ao presente o preparo, visto que, o Recorrente, pleiteia na exordial, os beneplácitos da Justiça Gratuita, por ser pobre na forma da Lei.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Mossoró/RN, em 24 de Março de 2022.

Kelly Maria M. Nascimento  
OAB/RN 7469



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.**

**PROCESSO: 0817554-90.2020.8.20.5106**

**RECORRENTE: JOSÉ AILTON CACIANO DA SILVA**

**RECORRIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**

**-RAZÕES.**

**COLEND A CÂMARA CÍVEL,  
MM. JULGADORES,  
ÍNCLITO RELATOR.**

**JOSÉ AILTON CACIANO DA SILVA**, já devidamente qualificado nos autos da ação em epígrafe, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, podendo ser intimado no endereço que consta no preâmbulo da inicial, vem perante Vossa Excelência, apresentar suas **Razões**, expondo e ao final requerendo o seguinte:

**- EXPOSIÇÃO FÁTICA:**

O recorrente, invocou a tutela jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário, para receber o seguro DPVAT, onde a recorrida negam, ou, quando liquidam o processo o fazem em valores bem abaixo de determinado pelo art. 3º"b" da Lei 6.194/74, sendo que, não restam ao jurisdicionado outro caminho senão invocar a tutela do Estado, por intermédio do Poder Judiciário, para que a norma jurídica seja evidentemente cumprida.

O fato é que a demanda foi julgada "**PROCEDENTE**", onde o Juiz "a quo", firmando na prova pericial que se apresentou de forma contraditória, omissa inconclusiva, pois fere ditames legais disciplinados no art. 31, I e II da Lei 11.945/2009. conforme restará plenamente demonstrado nos autos.

**-DOS MOTIVOS QUE ENSEJAM A REFORMA DA R. SENTENÇA:**

O Direito é uma ciência dialética, se transforma e altera-se em conformidade com os fatos sociais, as demandas da sociedade, se não forem observados dados técnicos, detalhes processuais, minúcias e determinações inseridas no contexto legal, podem sucumbir pleitos legítimos, onde o julgador de primeiro grau, não tem o dom da supremacia como ser humano pode perfeitamente cometer equívocos, visto que, apenas Deus, é infalível, justo e soberano em todas as coisas, pois como já diziam os romanos: "**Errare humanus est**" -( Errar é próprio do homem).

Inferre-se nos autos que embasado na prova pericial não restava outro caminho ao Douto Julgador, mesmo porque tratando-se de DPVAT, somente



após a juntada da prova pericial o juiz terá condições meios de sentença os autos. Todavia, a demanda fora julgada **PROCEDENTE** senão vejamos:

### III - DISPOSITIVO

**Ante o exposto, julgo PROCEDENTE a pretensão formulada na inicial por JOSE AILTON CACIANO DA SILVA para condenar a ré Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A a pagá-lo o valor de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), referente à complementação da indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, acrescido de correção monetária, com base no INPC-IBGE, a partir do evento danoso, e juros de mora, incidentes a partir da citação, à base de 1% (um por cento) ao mês.**

**Em homenagem ao princípio da sucumbência (art. 85, CPC), condeno ainda a parte ré no pagamento integral das custas processuais e dos honorários advocatícios, os quais fixo, por apreciação equitativa, em R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), com fulcro e aplicando-se o § 8º do art. 85 do CPC, reconhecendo-se o valor irrisório da condenação, bem como levando-se em conta a justa remuneração do advogado, o efetivo ganho financeiro da parte e, portanto, o equilíbrio e a proporcionalidade entre os dois para a fixação de honorários sucumbenciais.**

O fato é que nos autos o ponto fundamental imprescindível para o deslinde da lide, firma-se na produção da prova pericial, conforme determina o art. 31, I e II da Lei 11.945/2009. Destarte, segundo a norma legal infra citada deve ser graduado quando da realização da prova a "repercussão e o dano" no seguimento ao qual encontra-se vinculado o ponto onde encontra-se fincado a debilidade.

A prova em nosso ordenamento jurídico ocupa um papel determinante no processo de conhecimento, uma vez que as meras alegações, desprovidas de elementos capazes de demonstrá-las, pouca ou nenhuma utilidade trarão à parte interessada, pois serão tidas por inexistente. Todavia, a prova produzida nos autos é absolutamente contraditória com o real estado físico do Apelante, como será amplamente reportada nos autos.

O laudo confeccionado nos autos reporta:

O laudo médico apresentado é uma avaliação médica datada de 03.03.2022. O título é "AVALIAÇÃO MÉDICA". O primeiro item (I) pergunta se há lesão cuja etiologia seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre, com a resposta "Sim" marcada. O segundo item (II) pede para descrever o quadro clínico atual informado, com a resposta "limbo direito". O terceiro item (b) pergunta sobre alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, com a resposta "lesões de caráter proximal direito - tratamento conservador".



Nos termos do art. 473 e incisos, do CPC:

**"O laudo pericial deverá conter:**

**I - a exposição** do objeto da perícia;

**II - a análise técnica** ou científica realizada pelo perito;

**III - a indicação do método utilizado**, esclarecendo-o e demonstrando ser predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da qual se originou;

**IV - resposta conclusiva a todos os quesitos apresentados pelo juiz, pelas partes e pelo órgão do Ministério Público."**

Observa-se no prontuário médico aportado aos autos constata-se que houve fratura do úmero proximal direito em decorrência do acidente

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA  
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA

José Ailton Caviano da Silva

Laudo

Paciente portador de seqüela de fratura do úmero proximal direito, apresentando dor aos movimentos. Perca total da elevação do ombro. Paciente não consegue desempenhar suas funções profissionais. Solicito auxílio por tempo indeterminado junto ao INSS.

CID = S42.2  
T92

Fabiano Dantas de Carvalho  
Ortopedia e Traumatologia  
Ortopedia e Traumatologia

Ati  
Ace

**-DA CONTRA PROVA PRODUZIDA NOS AUTOS.**

O Recorrente mesmo dispondo de precários recursos decidiu realizar avaliação médica por discordar da pericial realizada, visto que, prova produzida pelo profissional não retrata a situação física, real do Apelante.

Na prova realizada o douto perito descreveu realmente as sequelas advindas do acidente de trânsito, onde se constata o seguinte:

DECLARAÇÕES DO MÉDICO (DE PRÓPRIO PUNHO)	
DATA DO ACIDENTE: 22/3/2020	DATA DO INÍCIO DO TRATAMENTO MÉDICO: 22/3/2020
NOME COMPLETO DA VÍTIMA: José Ailton Caviano da Silva	
LESÕES RESULTANTES DO ACIDENTE: Fratura de úmero proximal direito	
DADOS RESUMIDOS DOS TRATAMENTOS REALIZADOS (DATAS):	



O membro superior direito em face às sequelas decorridas no úmero proximal direito constata-se a repercussão e extensão do dano nos seguintes percentuais:

GRAU DE INCAPACIDADE FUNCIONAL IRREVERSÍVEL (especificar o segmento ou órgão atingido)	
SEGMENTO ANATÔMICO OU ÓRGÃO AFETADO	
1ª	Pericardio com perda de 10% de extensão
2ª	plexão, rotações laterais e mediais, relato
3ª	pericardio e pericardio de membro, pericardio
4ª	relato de tratamento medicamentoso
5ª	75% Grande

AFIRMO QUE ASSISTI E/OU AVALIEI A VÍTIMA NO PERÍODO DE pericardio A pericardio  
Monoro E QUE AS RESPOSTAS ACIMA, SÃO COMPLETAS E VERDADEIRAS.  
Monoro-RN DATA 29/12/2022  
 LOCAL \_\_\_\_\_ ASSINATURA E CARIMBO Victor Gasparin  
Medico Ortopedia  
RQE 11148

O artigo 373 do Código de Processo Civil, que atribui ao autor o ônus da prova quanto ao fato constitutivo de seu direito e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Em sequência, segundo as normas legais, pois o direito processual não apenas estabelece as modalidades de prova admitidas em juízo, mas também disciplina o procedimento probatório das partes a verdade dos fatos relevantes e controvertidos no processo, em razão recaem as provas, nos moldes do disposto pelo artigo 369 do Código de Processo Civil, in verbis:

"Art. 369. As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz".

E ainda no mesmo sentido:

O Código de Processo Civil de 2015, sobre o tema, dispõe o seguinte:

**Art. 932. Incumbe ao relator:**

***I - dirigir e ordenar o processo no tribunal, inclusive em relação à produção de prova, bem como, quando for o caso, homologar autocomposição das partes;***

**- DA PROVA DO DANO E SUA REPERCUSSÃO E EXTENSÃO DA INVALIDEZ.  
 - DA DETERMINAÇÃO LEGAL.**

Ora Douto Julgador, na prova pericial o douto perito, quantificou a "repercussão e extensão do dano", em relação ao seguimento ao qual encontra-se ligado no joelho esquerdo, onde as sequelas se mostram irreversíveis.

A determinação da graduação da "repercussão e extensão do dano", não é mera deliberação, insatisfação do Requerente, mas sim derivada da norma jurídica onde o legislador pátrio de forma clara, nítida impõe no art. 31, I e II da Lei 11.945/2009, quantificação da debilidade no seguimento ao qual encontra-se ligado a invalidez, senão vejamos:



"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

**§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:**

**I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).** Grifo nossa autoria.

**II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá:**

**- 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa;**

**-50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão,**

**- 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão,**

**- adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais." Grifo nossa autoria.**

A r. sentença, data vênha deve ser reformada visto que, o Juiz "a quo", tomou como base, parâmetro a prova pericial elaborada onde o perito graduou a debilidade em 25% (vinte e cinco por cento), estes referentes a "extensão e repercussão do dano" em relação ao membro inferior esquerdo" como impõe a norma jurídica sendo devida a quantificação da invalidez no: "segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa". Destarte, não se trata de mera disposição, simples requerimento do Promovente, mas deriva de texto da lei que deve ser obedecido pela Recorrida.

O Art. 437, do Código de Processo Civil, determina:





**“O juiz poderá determinar, de ofício ou a requerimento da parte, a realização da nova perícia, quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida.**

Não obstante a legislação conceda ao juiz ampla liberdade na direção do processo, essa prerrogativa não pode se afastar dos seus limites, cerceando produção de provas, visto que, os fatos por ela alegados, são pertinentes e necessários ao deslinde da demanda realizado dentro do contencioso. Destarte, a prova pericial realizada data vênua, é contraditória, conflitante, resta claro a deficiência da perícia, retratada por um laudo lacônico, onde gradua uma invalidez apenas num seguimento não faz qualquer menção a extensão do dano, ao contrário desvinculou qualquer prejuízo dano ao Recorrente.

#### **-DO RESULTADO DA PROVA PERICIAL.**

O artigo 130 do CPC permite ao julgador, em qualquer fase do processo, ainda que em sede de julgamento da apelação no âmbito do Tribunal local, determinar a realização das provas necessárias à formação do seu convencimento, mesmo existente anterior perícia produzida nos autos.

A defesa do Apelante, vem acompanhando a realização das provas produzidas em demandas similares, alguns peritos não vê,m dimensionando a extensão em conformidade com a norma jurídica, apenas concentrando a invalidez num determinado seguimento preterindo a repercussão do dano em relação ao membro principal. Desta forma, a garantia constitucional relativa ao devido processo legal e aos princípios do contraditório e da ampla defesa, como bem define Cândido Rangel Dinamarco, em sua obra - (DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. v. III, p. 48, afirma:

**“Na Constituição o direito à prova é inerência do conjunto de garantias do justo processo, que ela oferece ao enunciar os princípios do contraditório e ampla defesa, culminando por assegurar a própria observância destes quando garante a todos o due process of law (art. 5º, inc. LIV e LV).”**

Pelas considerações formuladas o STJ comunga do entendimento de ser possível aos tribunais determinarem a realização de provas até mesmo diante de casos envolvendo direitos disponíveis, conforme se depreende dos julgados colacionados, a exemplo do transcrito abaixo:

**“PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. FUNDAMENTOS SUFICIENTES A EMBASAR A DECISÃO. INICIATIVA PROBATÓRIA DO MAGISTRADO. POSSIBILIDADE. ART. 130 DO CPC. NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.(...)**

**2. Na hipótese de perplexidade ante as provas constituídas no curso da demanda, é facultado ao magistrado determinar, de ofício, a produção de prova pericial, com vistas à formação de seu livre convencimento motivado. Inteligência do art. 130 do CPC.”( Superior Tribunal de Justiça. AgRg no Ag N. 655.888/MG. Relator: Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA. Julgamento: 02/06/2005. Órgão Julgador: Quinta Turma. Publicação: Diário da Justiça de 22/08/2005, p. 339.”**

É fato que algumas provas dentre as quais a perícia que **“auxiliou”** o Juiz “a quo” a prolatar a r. sentença, onde data vênua de forma indubitável deve ser reformada, visto que, comprovadamente a **“contra prova”**



apresenta um percentual consubstanciado na vasta prova medica acostada aos autos.

Ainda em referência a possibilidade de a instância recursal determinar a realização de provas em causas envolvendo direitos indisponíveis, destaca-se posicionamento favorável de Nelson Nery Júnior:

**"Essa atividade probatória do juiz nas ações que versam sobre direitos indisponíveis é admissível também no segundo grau de jurisdição –tanto nas causas de competência originária ou em grau de recurso –, podendo o tribunal, ex officio ou a requerimento do MP ou de qualquer das partes, determinar a realização da prova diretamente ou converter o julgamento em diligência para a realização da prova."**( NERY JUNIOR, 2008, p. 390).

O Egrégio Superior Tribunal de Justiça assentou entendimento de que o pagamento de indenização por invalidez permanente será filtrado a partir da quantificação do grau de debilidade apresentado pela vítima, senão vejamos:

**SÚMULA 474 – STJ: A indenização do Seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.**

Dispondo sobre a estruturação do laudo pericial, o artigo 473 do Código de Processo Civil exige que o perito judicial apresente:

a) a exposição do objeto da perícia – trata-se de uma explanação clara do perito sobre os elementos que integram o objeto da perícia, inclusive destacando as principais questões a serem esclarecidas pelo trabalho pericial.

b) a análise técnica ou científica realizada – o perito deve relatar detalhadamente e através de linguagem simples como desenvolveu o trabalho técnico ou científico, de modo a permitir que o juiz, as partes e o Ministério Público compreendam todos os fundamentos que o levaram a uma determinada conclusão.

c) a indicação do método utilizado, esclarecendo-o e demonstrando ser predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da qual se originou – além de relatar a "análise técnica ou científica realizada", deve o perito indicar e esclarecer qual método utilizou para alcançar suas conclusões, comprovando que tal metodologia é a predominantemente aceita pelos especialistas dessa área do saber.

Patente, portanto, o exame da invalidez para se apurar, com exatidão, com certeza, como ordena a Lei, o percentual da incapacidade do membro e o valor correspondente para efeito de pagamento da indenização perseguida.

Neste sentido:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. LAUDO PERICIAL CONTRADITÓRIO. LESÃO TRATADA COMO TEMPORÁRIA. NECESSIDADE DE TRATAMENTO CIRÚRGICO. PERMANENTE. DESCONSIDERAÇÃO DO LAUDO OFICIAL PELO JUÍZO A QUO. RETORNO AO JUÍZO DE ORIGEM. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. RECURSO PREJUDICADO. 1. Antes de conhecer do presente recurso, há uma questão prejudicial a ser analisada. 2. O art. 3º da Lei nº 6.194/74, (alterado pela Lei nº 11.482/07), é taxativo quando dispõe



que os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada. Ocorre que o laudo pericial, realizado para fins de instrução do processo (fls. 51/53), constatou que o dano sofrido, pelo periciado, em decorrência do acidente, não teve natureza permanente, mas sim temporária, que não é indenizável 3. No entanto, no caso em apreço, em simples análise do laudo pericial acostado às fls. 51/53, **constata-se que há respostas contraditórias e inconclusivas no parecer técnico produzida nos autos, sobretudo porque hora o expert afirma que o periciado possui uma lesão apenas temporária e hora que esse necessitaria de um tratamento cirúrgico, o que não deixa claro se a lesão é, realmente, temporária ou permanente. 4. Assim, como a prova pericial produzida não permite um juízo seguro de convicção acerca da existência de lesão permanente, tampouco o grau suportado, a complementação da perícia é medida que se impõe.** 5. O apelante alega que o juízo a quo desconsiderou o laudo oficial ao usar como fundamento informações contidas na perícia realizada pela seguradora, como a lesão temporária alegada ter sido quantificada com 75% no joelho direito, o que não ocorreu na perícia oficial, já que é dispensada a quantificação da lesão temporária, restando claro que a desconsideração do laudo oficial acostado aos autos do processo por parte do magistrado. 6. Sentença anulada de ofício. Recurso prejudicado. Apelação Cível nº 0015901-19.2017.8.06.0115. (Relator (a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE; Comarca: Limoeiro do Norte; Órgão julgador: 2ª Vara; Data do julgamento: 29/07/2020; Data de registro: 30/07/2020)."

E mais:

Segundo atual entendimento do STJ e da jurisprudência majoritária do Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, determina o seguinte:

"Apelação Cível n. 2013.074493-7, de São Miguel do Oeste Relator: Des. Subst. Rubens Schulz

Ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. SENTENÇA QUE JULGA PROCEDENTE O FEITO. IRRESIGNAÇÃO DA REQUERIDA ALEGANDO NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA PARA ATESTAR O GRAU DE INVALIDEZ. TESE ACOLHIDA INDEPENDENTEMENTE DA DATA DO ACIDENTE. RECURSO PROVIDO. **"EXISTÊNCIA DE ENTENDIMENTO PACÍFICO NO STJ NO SENTIDO DE APLICAR A GRADUAÇÃO DA INDENIZAÇÃO DE ACORDO COM A EXTENSÃO DA INVALIDEZ,** MESMO NOS CASOS OCORRIDOS ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI QUE INSERIU A TABELA COM OS PERCENTUAIS DE INDENIZAÇÃO. MATÉRIA OBJETO DA SÚMULA N. 474. LAUDO PERICIAL QUE, IN CASU, NÃO ESPECIFICOU A EXTENSÃO DOS DANOS PERMANENTES QUE ATINGIRAM O JOELHO ESQUERDO DA DEMANDANTE. AUSÊNCIA DE PROVAS QUE PERMITAM AVERIGUAR O GRAU DA DEBILIDADE. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA PARA COMPLEMENTAR O ENREDO PROBATÓRIO E VIABILIZAR A CORRETA APRECIACÃO DA LIDE. EXEGESE DOS ARTS. 3º, § 1º, II C/C ART. 5º, § 5º DA LEI N. 6.194/74. SENTENÇA CASSADA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. RECURSO DA SEGURADORA PROVIDO." (Apelação Cível n. 2012.076754-7, rela. Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta, julgado em 05/03/2013)."

No processo os litigantes têm direito de deduzir suas pretensões e defesas, apresentar e realizar as provas que requereram para demonstrar a existência de seu direito, em suma, direito de serem ouvidos terem as mesmas oportunidades paritariamente no processo em todos os seus termos.



**-DO REQUERIMENTO:**

Pelo exposto, com base nas razões expendidas, seja dado provimento a apelação para o fim de reformar a sentença recorrida, no sentido de ser indenizado o Apelante, tomando como base o percentual reportado na contraprova onde gradua a invalidez no membro superior direito no percentual de **75% (setenta e cinco) por cento**, sendo portanto, condenado a Recorrida nos termos do art. 85, § 8º do CPC, em R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo desta forma feita Justiça.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Mossoró/RN, em 29 de Março de 2022.

Kelly Maria Medeiros do Nascimento  
OAB/RN 7469.





28/03/2022

Número: **0817554-90.2020.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **03/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 3.375,00**

Assuntos: **DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE AILTON CACIANO DA SILVA (AUTOR)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (REU)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
62314 139	03/11/2020 11:50	<a href="#">DOC HOSPITALAR</a>	Documento de Comprovação









PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ  
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

RECEITUÁRIO

Ao UATM  
(ortopedico)

Registado cl  
Dr. MOND

Encomendo o paciente José Ailton  
C. do Siqueira, 49 anos, vítima  
de queda de moto na rua  
Apresenta dor e limitação de  
movimento em ombro D com  
hematoma em braço  
Realizado: volta rem 75mg im  
Opinero 500mg/ml im  
8noto

Data: 29/03/2020

Dra. Marina Albuquerque  
Assinatura de Carimbo

Rua Pedro Alves Cabral, 01 - Aeroporto - Fone: (84) 3315-0218 - Mossoró - RN

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA  
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL  
SAME MOSSORÓ

T. Kennedy  
SANE / ARQUIVO  
mat. 150.343-0



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 03/11/2020 11:49:49  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20110311494858300000059765508>  
Número do documento: 20110311494858300000059765508

Num. 62314139 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 29/03/2022 19:49:55  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22032919495548500000076420969>  
Número do documento: 22032919495548500000076420969

Num. 80345161 - Pág. 3

**SUS** Sistema Único de Saúde Ministério da Saúde

**LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR**

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

2 - CNES

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

4 - CNES

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

6 - Nº DO PRONTUÁRIO

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

8 - DATA DE NASCIMENTO

9 - SEXO

10 - RAÇA/COR

11 - NOME DA MÃE

12 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE

13 - NOME DO RESPONSÁVEL

14 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE

15 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

17 - COD. IBGE MUNICÍPIO

18 - UF

19 - CEP

**JUSTIFICATIVA DA INTERVENÇÃO**

20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

23 - DIAGNÓSTICO INICIAL

24 - CID 10 PRINCIPAL

25 - CID 10 SECUNDÁRIO

26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

**PROCEDIMENTO SOLICITADO**

27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

29 - CLÍNICA

30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

31 - DOCUMENTO

32 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

33 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

34 - DATA DA SOLICITAÇÃO

35 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

**PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLENCIAS)**

36 - ( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO

37 - ( ) ACIDENTE DE TRABALHO TÍPICO

38 - ( ) ACIDENTE DE TRABALHO TRAJETO

39 - CNPJ DA SEGURADORA

40 - CNPJ EMPRESA

41 - SÉRIE

42 - CNPJ EMPRESA

43 - CNAE DA EMPRESA

44 - CBOR

45 - VÍNCULO COM PREVIDÊNCIA

( ) EMPREGADO ( ) EMPREGADOR ( ) AUTÔNOMO ( ) DESEMPREGADO ( ) APOSENTADO ( ) NÃO SEGURADO

**AUTORIZAÇÃO**

46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

47 - COD. EMISSÃO EMISSOR

48 - DOCUMENTO

49 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

50 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

51 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

52 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 03/11/2020 11:49:49  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20110311494858300000059765508>  
 Número do documento: 20110311494858300000059765508


Num. 62314139 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 29/03/2022 19:49:55  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22032919495548500000076420969>  
 Número do documento: 22032919495548500000076420969

Num. 80345161 - Pág. 4



 <b>GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE</b> <b>SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA</b> <b>HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA</b>		<b>PEDIDO DE EXAME</b>	
NOME: <u>Jose f. S.</u> MATRÍCULA: _____		ENFERMARIA <input type="checkbox"/>	
IDADE <input type="checkbox"/>		AMBULATÓRIO <input type="checkbox"/>	
SEXO <input type="checkbox"/>		SAU <input type="checkbox"/>	
LEITO <input type="checkbox"/>			
NATUREZA DO EXAME: <u>ECG</u>			
INDICAÇÃO CLÍNICA: _____			
DATA: <u>27/03/2020</u>		REQUISITANTE: <u>Dr. Kárlerte Gurgel</u> Ortopedia e Traumatologia CRM: <u>11439 RQE 3301</u>	




Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 03/11/2020 11:49:49  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20110311494858300000059765508>  
 Número do documento: 20110311494858300000059765508

Num. 62314139 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 29/03/2022 19:49:55  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22032919495548500000076420969>  
 Número do documento: 22032919495548500000076420969

Num. 80345161 - Pág. 5

 <b>GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE</b> <b>SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA</b> <b>HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA</b>		<b>PEDIDO DE EXAME</b>	
NOME: <u>Kelly Maria Medeiros do Nascimento</u> MATRÍCULA: <u>123456</u>		ENFERMARIA <input type="checkbox"/>	
IDADE <input type="checkbox"/>		AMBULATÓRIO <input type="checkbox"/>	
SEXO <input type="checkbox"/>		SAU <input type="checkbox"/>	
LEITO <input type="checkbox"/>			
NATUREZA DO EXAME: <u>Exame completo</u> <u>Exame de urina (EUA)</u> <u>Exame de sangue (ES)</u>			
INDICAÇÃO CLÍNICA: <u>Glaucoma</u>			
DATA: <u>29/03/2022</u>		REQUISITANTE: <u>Dr. Kêllete Gurgel</u> <u>Ortopedia e Traumatologia</u> <u>CRM: 1493 RQE 3301</u>	
CRM: <u>6196</u>			



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 03/11/2020 11:49:49  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20110311494858300000059765508>  
 Número do documento: 20110311494858300000059765508

Num. 62314139 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 29/03/2022 19:49:55  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22032919495548500000076420969>  
 Número do documento: 22032919495548500000076420969

Num. 80345161 - Pág. 6



# RELATÓRIO MÉDICO PARA AVALIAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE (TOTAL OU PARCIAL)

## DECLARAÇÕES DO MÉDICO (DE PRÓPRIO PUNHO)

DATA DO ACIDENTE: 22/3/2020	DATA DO INÍCIO DO TRATAMENTO MÉDICO: 22/3/2020
NOME COMPLETO DA VÍTIMA: Gisele Ailton Goulart da Silva	
LESÕES RESULTANTES DO ACIDENTE:  Fratura de úmero Proximal direito	
DADOS RESUMIDOS DOS TRATAMENTOS REALIZADOS (DATAS):  Tratamento Conservador	
ALTA MÉDICA? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	
EXISTE ALGUM DEFEITO OU DOENÇA PRÉ-EXISTENTE? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO CASO POSITIVO DESCREVER:	
COM RELAÇÃO A INVALIDEZ PODE-SE CONCLUIR QUE: <input type="checkbox"/> A INVALIDEZ É TEMPORÁRIA, PORTANTO PASSÍVEL DE RECUPERAÇÃO SIGNIFICATIVA OU DE CURA ATRAVÉS DE TRATAMENTO. <input checked="" type="checkbox"/> A INVALIDEZ É PERMANENTE, OU SEJA, NÃO HÁ POSSIBILIDADE DE RECUPERAÇÃO SIGNIFICATIVA OU DE CURA.	

## GRAU DE INCAPACIDADE FUNCIONAL IRREVERSÍVEL (especificar o segmento ou órgão atingido)

	SEGMENTO ANATÔMICO OU ÓRGÃO AFETADO
1º	Pericudo com perda de extensão
2º	flexão, rotações laterais e mediais relativa
3º	para a e posterior de membro. Perda frequente
4º	repetida de tratamento medicamentoso.
5º	75% grave.

AFIRMO QUE ASSISTI E/OU AVALIEI A VÍTIMA NO PERÍODO DE Março A Abril	
E QUE AS RESPOSTAS ACIMA, SÃO COMPLETAS E VERDADEIRAS.	
LOCAL Monsiô-RN	DATA 29/3/2022
ASSINATURA E CARIMBO Victor Crispim Médico Ortopedista RQE 11146	







28/03/2022

Número: **0817554-90.2020.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **03/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 3.375,00**

Assuntos: **DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**


Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE AILTON CACIANO DA SILVA (AUTOR)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (REU)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
62314141	03/11/2020 11:50	<a href="#">LAUDO MÉDICO</a>	Documento de Comprovação



*João SORREI NIK*

 SUS SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	Sistema Único de Saúde	Ministério da Saúde	<b>LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR</b>
--	------------------------------	---------------------------	---

---

Identificação do Estabelecimento de Saúde	
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE	2 - CNES
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE	4 - CNES

---

Identificação do Paciente	
5 - NOME DO PACIENTE <i>João Alton C. de Silva</i>	6 - Nº DO PRONTUÁRIO
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)	8 - DATA DE NASCIMENTO
9 - SEXO Masc. <input checked="" type="checkbox"/> 1 Fem. <input checked="" type="checkbox"/> 3	10 - RAÇA/COR
11 - NOME DA MÃE	12 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE
13 - NOME DO RESPONSÁVEL	14 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE
15 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)	
16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA	17 - Cód. IBGE MUNICÍPIO
18 - UF	19 - CEP

---

JUSTIFICATIVA DA INTERVENÇÃO
20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS <i>Paciente com história de trauma ~ uma D. Rx. Fr. unguis proximal</i>
21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO <i>Indicada Cirurgia</i>
22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS) <i>Rx + Fr. unguis</i>
23 - DIAGNÓSTICO INICIAL <i>Fr. unguis proximal</i>
24 - CID 10 PRINCIPAL <i>S92.2</i>
25 - CID 10 SECUNDÁRIO
26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

---

PROCEDIMENTO SOLICITADO	
27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO <i>Osteossíntese de fr. unguis proximal</i>	28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO
29 - CLÍNICA <i>Ortopédica</i>	30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO
31 - DOCUMENTO ( ) CNS ( ) CPF	32 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE
33 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE <i>Dr. Igo Vitorino de Oliveira</i> ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA CRM 6429	34 - DATA DA SOLICITAÇÃO <i>12/09/2020</i>
35 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO) <i>Dr. Igo Vitorino de Oliveira</i> ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA CRM 6429	

---

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)			
36 - ( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO	39 - CNPJ DA SEGURADORA	40 - Nº DO BILHETE	41 - SÉRIE
37 - ( ) ACIDENTE DE TRABALHO TÍPICO	42 - CNPJ EMPRESA	43 - CNAE DA EMPRESA	44 - CBOR
38 - ( ) ACIDENTE DE TRABALHO TRAJETO			
45 - VÍNCULO COM PREVIDÊNCIA ( ) EMPREGADO ( ) EMPREGADOR ( ) AUTÔNOMO ( ) DESEMPREGADO ( ) APOSENTADO ( ) NÃO SEGURADO			

---

AUTORIZAÇÃO	
46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR	47 - Cód. EMISSÃO EMISSOR
48 - DOCUMENTO ( ) CNS ( ) CPF	49 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
50 - DATA DA AUTORIZAÇÃO	51 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)
52 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 03/11/2020 11:49:50  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20110311495003200000059765510>  
 Número do documento: 20110311495003200000059765510

Num. 62314141 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 29/03/2022 19:49:56  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22032919495604400000076420972>  
 Número do documento: 22032919495604400000076420972

Num. 80345164 - Pág. 2



28/03/2022

Número: **0817554-90.2020.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **03/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 3.375,00**

Assuntos: **DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE AILTON CACIANO DA SILVA (AUTOR)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (REU)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
72376708	23/08/2021 11:09	<a href="#">0817554-90.2020</a>	Laudo Pericial



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
COMARCA DE MOSSORÓ  
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS E CIDADANIA

PROCESSO Nº: 0837554-90.2020.8.20.5106

**AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE CONCILIAÇÃO**

(Art. 31 da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974)

PARTE AUTORA: José Vitor Ceciano de Silva

**INFORMAÇÕES DO ACIDENTE**

DATA DO ACIDENTE: 22/03/2020.

**CONCORDÂNCIA COM A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA MÉDICA**

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para a realização de avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na Comarca de Mossoró/RN.

Mossoró/RN, 16.07.2021

José Vitor Ceciano de Silva

ASSINATURA DA PARTE AUTORA POR EXTENSO

Testemunha:  
Wesley V. Pereira  
037-08cl. 22cl-85

**AVALIAÇÃO MÉDICA**

**II - Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?**  
☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

**Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.**

**II - Descrever o quadro clínico atual informado:**

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente comparativas com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

lesão de membro proximal direito - tratamento conservador.

**III - Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito) incluindo medidas de reabilitação?**  
☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):



Assinado eletronicamente por: SIMONE CINTIA DE PAIVA SOUZA - 23/08/2021 11:09:18  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21082311091876400000069053990>  
Número do documento: 21082311091876400000069053990

Num. 72376708 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 29/03/2022 19:49:56  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22032919495625800000076420971>  
Número do documento: 22032919495625800000076420971

Num. 80345163 - Pág. 2

IV - Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- A) ☐ Disfunções apenas temporárias;  
B) ☒ Dano anatômico e/ou funcional definitivo(sequelas);

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

*Angulose do ombro direito.*

V - Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

- [ ] Sim. Em que prazo: \_\_\_\_\_  
[x] Não.

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor não preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI - Segundo o previsto na Lei 11.945, de 4 de Julho de 2009, favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(eis) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s) especificando, segundo o anexo constante na Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

A) ☐ Total - (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima);

B) ☒ Parcial - (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

B.1 ☒ - Parcial Completo - (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima);

B.2 ☐ - Parcial Incompleto - (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima);

B.2.1 - Informar o grau da incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º, do art. 3º da Lei 6.194/74, com redação introduzida pelo art. 31, da lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão: *Ombro direito* [ ] 10% residual [ ] 25% leve [ ] 50% média [ ] 75% intensa *(x) 100%*

2ª Lesão: [ ] 10% residual [ ] 25% leve [ ] 50% média [ ] 75% intensa

3ª Lesão: [ ] 10% residual [ ] 25% leve [ ] 50% média [ ] 75% intensa

4ª Lesão: [ ] 10% residual [ ] 25% leve [ ] 50% média [ ] 75% intensa

**OBSERVAÇÃO:** Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

ASSINATURA E CARIMBO:

*Isaac Arce*  
MÉDICO PERITO - CRM

Mossoró/RN, *16* / *07* / *2021*

ASSISTENTE TÉCNICO SEGURADORA LIDER - CRM

*José Artur Fialho Amorim*  
Médico Auditor  
CRM: 31474.2  
Amorim & Mattos

Assinado eletronicamente por: SIMONE CINTIA DE PAIVA SOUZA - 23/08/2021 11:09:18

<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21082311091876400000069053990>

Número do documento: 21082311091876400000069053990

Num. 72376708 - Pág. 2

Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 29/03/2022 19:49:56

<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22032919495625800000076420971>

Número do documento: 22032919495625800000076420971

Num. 80345163 - Pág. 3





28/03/2022

Número: **0817554-90.2020.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **03/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 3.375,00**

Assuntos: **DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE AILTON CACIANO DA SILVA (AUTOR)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (REU)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
62314 140	03/11/2020 11:50	<a href="#">LAUDO MÉDICO 2</a>	Documento de Comprovação





José Ailton Caviano da Silva

Laudo

Paciente portador de  
seguela de fratura do  
úmero proximal direito,  
apresentando dor aos  
movimentos. Perca  
total da elevação do  
ombro. Paciente não  
consegue desempenhar  
suas funções profissio-  
nais. Solicito auxílio  
por tempo indeterminado  
junto ao INSS

CID = S42.2

T92

16/08/2020

Fabiano Dantas de Carvalho  
Ortopedia e Traumatologia  
Ortopedia Pediátrica  
TEOT: 15176 - CRMN: 6672





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA  
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA

José Ailton Cacião de Silva

Laudos

Paciente sofreu acidente  
de moto e fraturou  
o úmero proximal  
distal. Realizar  
tratamento conservador  
por 4 meses. Hoje encontra-  
se com sequelas  
permanentes sem conseguir  
elevar o ombro e  
apresenta dor aos poucos  
movimentos.  
Paciente de alta definitiva  
da ortopedia.

CID=542.2

16/08/2020

Fabiano Dantas de Carvalho  
Ortopedia e Traumatologia  
Ortopedia Pediátrica  
TEOT: 15176 - CRMN: 6672



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 03/11/2020 11:49:49  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20110311494919000000059765509>  
Número do documento: 20110311494919000000059765509

Num. 62314140 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 29/03/2022 19:49:56  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22032919495645400000076420977>  
Número do documento: 22032919495645400000076420977

Num. 80345169 - Pág. 3



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA  
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA

Jose Ailton Caviano de Silva

Ortopedia-Cirurgia do ombro

-Segunda de fratura  
do osso proximal

Urgente!

Fabiano Dantas de Carvalho  
Ortopedia e Traumatologia  
Ortopedia Pediátrica  
TEOT: 15176 - CRMN: 6672

16/08/2020



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 03/11/2020 11:49:49  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20110311494919000000059765509>  
Número do documento: 20110311494919000000059765509

Num. 62314140 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 29/03/2022 19:49:56  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22032919495645400000076420977>  
Número do documento: 22032919495645400000076420977

Num. 80345169 - Pág. 4